**A IDEIA DE ROBERTO SIMONSEN PARA DESENVOLVER A AMÉRICA LATINA: UM
“DIREITO INTERNACIONAL SOCIAL” PARA ELEVAR AS CONDIÇÕES DE VIDA**

Moacir de Freitas Junior
moacirfreitasjr@yahoo.com.br
Universidade Federal de Uberlândia
Brasil

RESUMO

O presente trabalho debate a ideia do empresário e intelectual brasileiro Roberto Simonsen da criação de um “direito internacional social” que propunha o redirecionamento dos recursos financeiros alocados no esforço da II Guerra para a elevação dos padrões de vida dos países subdesenvolvidos. Roberto Simonsen foi a principal liderança política e ideológica dos industriais brasileiros da primeira metade do século XX e suas ideias anteciparam em parte e com os limites de sua atuação as teorias explicativas do subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina, especialmente as da CEPAL. Em sua visão, a pobreza impedia o desenvolvimento do capitalismo latino-americano e condenava a região a viver em condições de vida piores que as dos países desenvolvidos. Para que o padrão de vida se elevasse, seria preciso que a produção econômica mudasse de patamar, deixando o estágio agrícola e passando para os de maior complexidade. Em suma, a América Latina precisa se industrializar se quisesse alcançar o grau de desenvolvimento dos países centrais. Ocorre que, na visão de Simonsen, a proposta de recuperação da Europa proposta pelos EUA após o fim da Segunda Guerra Mundial teria como consequência paralela a acentuação da pobreza e da miséria latino-americanas, uma vez que a reconstrução econômica da Europa se daria às custas dos países subdesenvolvidos – cujo parque industrial havia ganhado fôlego no período de guerra – retomando a divisão internacional do trabalho anterior à II Guerra na qual cabia aos países latino-americanos a função de fornecedores de matéria-prima e não de países industrializados. Para evitar tal retrocesso, sua ideia era criar uma estratégia de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que elevaria as condições gerais de vida dos povos latino-americanos, diminuiria as desigualdades sociais. Era, a seu ver, uma “política social internacional”, que nada tinha de filantrópica, mas sim de planejamento econômico com o objetivo de aumentar o nível de desenvolvimento econômico e social da América Latina. Nestes termos, os investimentos feitos para o esforço de guerra seriam redirecionados para o combate à pobreza e para a elevação dos padrões de vida dos países menos desenvolvidos, ampliando o investimento na industrialização, bem como para elevar a capitalização e o nível de vida da população. Com isso, a um só tempo a América Latina poderia sair de sua condição periférica, alcançando o patamar de desenvolvimento dos países centrais, bem como a estabilidade econômica traria consigo a estabilidade política. Assim, a ideia do trabalho é debater estas ideias e seu lugar na obra deste pensador econômico.

Palavras-chave: Pobreza. Desenvolvimento. Direito Internacional social.

ABSTRACT

The present work has debated the idea of the entrepreneur and Brazilian intellectual Robert Simonsen of the creation of a “social international law” that considered the redirect of the financial resources placed in the effort of II the War for the rise of the standards of living of the underdeveloped countries. Robert Simonsen was the main leadership politics and ideological of the Brazilian industrials of the first half of century XX and its ideas had anticipated in part and with the limits of its performance the explicativas theories of the underdevelopment of Brazil and Latin America, especially of the Cepal. In its vision, the poverty hindered the development it Latin American capitalism and condemned the region to live in worse conditions of life that of the developed countries. So that the standard of living if raised, she would be necessary that the economic production changed of platform, leaving the agricultural period of training and passing to the ones of bigger complexity. In short, necessary Latin America if to industrialize if wanted to reach the degree of development of the countries central offices. It occurs that, in the vision of Simonsen, the proposal of recovery of the Europe proposal for

U.S.A. after the end of World War II would have as parallel consequence the accentuation of the Latin American poverty and the misery, a time that the economic reconstruction of the Europe if would give to the costs of the underdeveloped countries - whose industrial park had gained breath in the period of war - retaking the division the International of the previous work II the War in which the function of raw material suppliers fit the countries Latin Americans and not of industrialized countries. To prevent such retrocession, its idea was to create a development strategy that, at the same time where it would raise the general conditions of life of the Latin American peoples, would diminish the social inequalities. It was, its to see, one "international social politics", that nothing it had of philanthropic, but yes of economic planning with the objective to increase the level of economic and social development of Latin America. In these terms, the investments made for the war effort would be redirected for the combat to the poverty and the rise of the standards of living of the developed countries less, extending the investment in industrialization, as well as raising the capitalization and the level of life of the population. With this, to one time Latin America could only leave its peripheral condition, alçando the platform of development of the countries central offices, as well as the economic stability would bring obtains the stability politics. Thus, the idea of the work is to debate these ideas and its place in the workmanship of this economic thinker.

Keywords: Poverty. Development. Social international law.

Introdução

O presente trabalho debate a ideia do empresário e intelectual brasileiro Roberto Simonsen da criação de um “direito internacional social” que propunha o redirecionamento dos recursos financeiros alocados no esforço da II Guerra para a elevação dos padrões de vida dos países subdesenvolvidos. Nossas pesquisas sobre este autor deram-se no âmbito de tese de doutorado defendida em 2013, ainda que a temática do pensamento e atuação deste importante personagem brasileiro ainda sejam o norte de nossas pesquisas atuais.

Roberto Simonsen foi um intelectual e empresário brasileiro cujas atividades marcaram o período histórico da primeira metade do século XX, no qual o Brasil e os países da América Latina, cada um a seu tempo, adotaram esforços de industrialização com vistas a superar o subdesenvolvimento que marca a história econômica destas nações. Sua importância intelectual pode ser verificada em diversos trabalhos, tais como os de Vera Cepeda (2007), Vieira (2010), Corsi e Mendonça (2010), Coliteste (2007), Carone (1971 e 1977), Bielschowsky (2000), Lima (1976), Del Vecchio e Diéguez (2008), Maza (2004), Freitas (2011; 2012; 2014) entre outros.

Simonsen entendia que enquanto persistisse a divisão do trabalho na qual cabia aos países latino-americanos o papel de exportador de produtos primários, jamais deixaríamos de ocupar a posição de periferia do mundo. Neste quadro, o caminho a ser seguido seria o da industrialização, que de uma só vez conseguiria racionalizar o trabalho e aumentar a produção, consequentemente aumentando os ganhos da classe operária, que por sua vez teria ampliado seu poder de compra e, daí em diante, o ciclo do capitalismo se desenvolveria, não espontaneamente, mas com o planejamento do Estado.

O autor teorizou que tais problemas eram frutos da injusta divisão do trabalho que relegava os países periféricos a um segundo plano no desenvolvimento mundial, retirando-lhes o direito de buscar a elevação de seus padrões de vida. O final da Segunda Guerra agravou tal quadro. Ante a necessidade de os EUA fortalecerem a Europa economicamente, foi lançado o Plano Marshall, que entre outros efeitos reeditou a divisão internacional do trabalho na qual a AL novamente figurou em papel secundário.

De acordo com Simonsen, tal como fora concebido, o Plano Marshall visava somente a reconstrução e recuperação da Europa, sem se ocupar dos efeitos que tal medida teria sobre a economia da América Latina, a qual somente restaria retomar suas características econômicas de antes da II Guerra. Era necessário, pois, um “Plano Marshall” para a América Latina.

Um “Plano Marshall” para desenvolver a América Latina

Assim, em “Aspectos da Política Econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra”, de 1943, o autor expõe suas ideias sobre a possibilidade de, finda a II Guerra, se construir um ambiente de progresso e riqueza mundial que superasse a pobreza e diminuísse as diferenças sociais. O alerta feito pelo autor fundamentava-se no fato de que as nações aliadas, especialmente os EUA, aproveitaram-se do esforço de guerra para alavancar ainda mais sua produção industrial. Finda a batalha, estes países estavam em condições de assumir de imediato a liderança política e econômica do mundo capitalista. (SIMONSEN, 1943, p.03)

Ao contrário, os países latino-americanos não conseguiram consolidar-se enquanto nação industrial no período. Simonsen pontua que a ausência de condições materiais para o desenvolvimento da indústria fez com que as economias industriais progredissem menos do que poderiam. Não obstante a participação no conflito tenha também trazido vantagens econômicas ao continente, que pôde expandir seu parque industrial e diversificar, dentro das possibilidades, a produção de gêneros menos complexos e de matéria prima, nosso crescimento poderia ter sido maior se comparado aos obtidos pelos demais países desenvolvidos. (SIMONSEN, 1943, p.5)

A questão, pois, era elevar a renda nacional. Simonsen explica que, para tanto, os países centrais deveriam desenvolver uma política universal de fomento econômico a todos os países ocidentais, na medida em que seria de interesse universal a elevação dos padrões de vida da população mais pobre. Mas para que o padrão de vida se elevasse, seria preciso, segundo Simonsen, que a produção econômica nacional também mudasse de patamar, deixando o estágio dos trabalhos primários e agrícolas, na medida em que quanto mais simples o modo de produção, menor é a remuneração dele advinda. Nestes termos, o trabalho no campo, manual, teria que, gradativamente, ser substituído pelo das máquinas.

Resulta daí que se estabelece uma hierarquia de remunerações e riquezas, dentro de um mesmo país, e entre as nações. Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações [...], o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que em última análise é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores. (SIMONSEN, 1943, p.8)

Assim, o autor defende a adoção de medidas econômicas que equilibrassem as relações entre os países de forma a tornar mais justa a distribuição das riquezas. Simonsen defendia que, sendo o bloco capitalista uma só unidade, seria do interesse de todos combater os focos de pobreza, que

também seriam focos de descontentamento e de contestação do modelo capitalista. De acordo com o próprio autor,

Não obstante o que acima apontamos, é inegável a tendência dos países líderes para controlar a economia mundial, através de seus aparelhamentos financeiros. Ora, constituindo o mundo uma só unidade, é do interesse das nações mais ricas, combater os focos de pobreza, que são também focos de descontentamento e de revolta. Daí, as medidas de correção que se fazem necessárias, de caráter econômico e social, tanto mais justificáveis quanto são indiscutíveis as repercussões dos problemas econômicos, sobre os de ordem social e de política nacional e internacional. (SIMONSEN, 1943, p.16)

Sendo a manutenção de uma vida digna um direito econômico da humanidade, não havia para Simonsen razão para que não se adotasse uma política capaz de distribuir as riquezas existentes entre as nações de maneira menos desigual. Mesmo porque, a acentuação da pobreza levaria, de acordo com o autor, à instabilidade social e até à guerra. Em outras palavras, elevar os padrões de vida, além de um direito, também serviria para consolidar o capitalismo na região. Tal era a proposta de Simonsen: manter os investimentos feitos para o esforço de guerra no combate à pobreza e na elevação dos padrões de vida dos países menos desenvolvidos.

Assim, como imperativos de ordem natural, justificar-se-ia a manutenção de parte considerável dos atuais orçamentos de guerra para combater a miséria e o atraso dos povos, o que permitirá, às nações ricas, concorrerem, decisivamente, para a elevação do nível de vida humana e para a criação de uma consciência mundial de justiça social que seria, por certo, o mais rigoroso entrave ao desencadeamento de futuras guerras. (SIMONSEN, 1943, p.19)

A preocupação principal de Simonsen, de que a ideia era a de financiar a reconstrução dos países ricos por meio dos países periféricos, concretizou-se, o que o levou a desenvolver uma série de conferências e relatórios abordando o tema, sempre tendo as condições de vida como norte.

Assim, em “O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina”, de 1947, que é um relatório feito pelo então Senador Roberto Simonsen para a Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, o autor debate o tema e aprofunda suas teses sobre qual deveria ser a política econômica ideal para a parcela latina do então bloco capitalista.

Após apresentar em linhas gerais o plano e seus objetivos, que basicamente previa a recuperação dos países europeus ocidentais com base na importação, por estes, de todos os insumos iniciais necessários para sua recuperação, tanto matérias primas (parte que caberia à América Latina) como produtos industrializados (parte que caberia somente aos EUA), sendo que o déficit gerado seria coberto pelo comércio com os demais países e pela conquista de novos mercados, Simonsen vai direto ao ponto: da forma como estava, a recuperação econômica europeia seria financiada pela pobreza dos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina.

Em relação à América Latina a execução do programa, tal como o esboça a Comissão de Cooperação Econômica de Paris, vai nos obrigar ao retorno a condições que se assemelham às que existiam no período da guerra. Seremos chamados a expandir nossas atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano com a contribuição de matérias primas e produtos semi-coloniais. A produção destes artigos, em quantidades anormais, forçará os países da América Latina a deslocar seus obreiros para atividades primárias, de baixo rendimento, e sujeitas à instabilidade econômica. E o próprio Plano não prevê a manutenção, em níveis estáveis, a partir de 1951, das importações pela Europa, dos produtos latino-americanos. (SIMONSEN, 1947, p.11)

E conclui, reafirmando sua tese inicial de que a América Latina, antes de ter condições de financiar a reconstrução europeia, precisava também de um plano de recuperação, na medida em que estava em condições piores das então existentes naquela região, não havendo sentido em tal proposição, que em suma só levava em consideração os interesses das grandes potências econômicas.

A América Latina, entretanto, não está em condições de financiar, com seus próprios recursos, parte da reconstrução da Europa. A rigor, somente as regiões de nosso continente onde a vida média fosse igual ou superior à da Europa é que poderiam fazer uma contribuição ao reequipamento da Europa, sem imediata contrapartida. Qualquer outra região, onde o nível de vida médio for inferior ao nível de vida médio europeu, não pode renunciar a qualquer parcela de poder aquisitivo, criado pela sua produção. (SIMONSEN, 1947, p.13)

Nestes termos, as nações latino-americanas deveriam exigir que sua participação no plano de recuperação acontecesse em outras bases, nas quais nenhum trabalho sem a devida remuneração fosse aceito:

As nações latino-americanas devem pleitear a organização de uma Comissão de Cooperação Econômica que estude os meios para tornar mais eficiente uma efetiva cooperação dessa natureza entre os países americanos, e a obtenção de auxílio norte-americano, para os seus planos de desenvolvimento econômico. [...] pleitear sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente, com o soerguimento econômico do homem europeu, a quem rendemos o nosso preito de admiração, pelas suas tradições de cultura e civilização democrática e cristã que marcadamente conformavam as instituições políticas, sociais e culturais da América Latina. (SIMONSEN, 1947, p.16)

Da mesma forma, em “O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais”, de 1949, uma conferência ministrada por Simonsen no Clube Militar, o autor retoma suas críticas à fórmula proposta para a recuperação do continente europeu, reafirmando sua tese de que, de tal forma, a América Latina não conseguiria romper com signo da pobreza.

Afirma Simonsen que, ao contrário dos EUA e da Europa, que se aproveitaram da divisão do trabalho para, com base em uma política econômica bem definida e baseada no protecionismo, criar seus grandes parques industriais, o Brasil, mesmo sendo a vanguarda do processo de industrialização no continente latino, mantinha em relação aos EUA um atraso de 70 anos do ponto de vista do

desenvolvimento econômico, o mesmo ocorrendo em relação aos demais países latinos. (SIMONSEN, 1949, p.9-10)

Conclui o autor que não existia a possibilidade material de custearmos a recuperação europeia às custas da pobreza local sem que isso acentuasse ao extremo as desigualdades e, por consequência, as agitações sociais, na medida em que tratava-se, em suma, de trabalho gratuito e que cujo custo seria retirado das já poucas finanças dos países latinos, agravando a pobreza já existente.

Nós não nos manifestamos contra a execução do plano Marshall, que julgamos necessário e indispensável à restauração de grande parte do trabalho no mundo. As nossas críticas cingiram-se à unilateralidade desse Plano organizado à revelia da América Latina, aos desequilíbrios em nossa estrutura econômica e social que ele irá provocar e ao conseqüente retardamento de nosso desenvolvimento econômico pela manutenção indefinida de nossa estrutura semicolonial. (SIMONSEN, 1949, p.20)

O autor alerta para a possibilidade de se aumentar os níveis de pobreza latino-americanos caso não fossem adotadas medidas de proteção e de aceleração do desenvolvimento econômico destes países, na medida em que, pelo caminho das exportações de matérias primas, mesmo em escala industrial, não seria possível romper com o subdesenvolvimento:

A execução do Plano Marshall demonstra, assim, a necessidade de um novo critério, que é, em verdade, revolucionário, em que medidas de ordem política e de ordem social condicionem a solução de problemas de ordem econômica. Realmente, a marcha normal do desenvolvimento dos povos levaria a desníveis econômicos cada vez maiores na órbita internacional, onde os países ricos ficariam cada vez mais ricos e os países pouco desenvolvidos teriam apenas um progresso lento e ilusório, constituindo-se em focos permanentes de agitações sociais de toda sorte. (SIMONSEN, 1949, p.25)

Vemos nesta série dedicada às conseqüências do Plano Marshall para os países latinos, o autor apontar os efeitos políticos da pobreza nas relações entre classes e a necessidade de se adotar um caminho diferente na condução da economia, procurando manter os esforços de equilibrar as desigualdades sociais. Assim, passaremos a analisar outras obras do Simonsen, utilizando-se para tanto do método de análise bibliográfica, nas quais o mesmo desenvolve sua tese sobre qual seria o modelo de plano de desenvolvimento capitalista para a América Latina.

Nestes termos, em “Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano”, exposta por Simonsen no Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria e publicada somente em 1958, o autor detalhará suas propostas de uma política econômica para a América Latina que permita a elevação dos níveis de vida da população.

Logo de início, Simonsen faz uma análise sobre a Doutrina Truman e o Plano Marshall. Para o autor, as duas ações americanas pecavam por não ter uma proposta mundial para a elevação dos padrões de vida, dedicando-se, tal como a Doutrina Truman, a ações de pressão contra os ideólogos

comunistas ou, como no Plano Marshall, retomar o crescimento econômico da Europa em detrimento das demais regiões do mundo, enquanto que o mais eficiente, em sua visão, seria alterar as condições econômicas dos povos, retirando, com tal ação, o campo de atuação da ideologia comunista. A ideia, então, seria a construção de um Plano Marshall para todo mundo ou, em não sendo possível, ao menos um para a América Latina. (SIMONSEN, 1958, p.68)

O ideal seria que a contrapartida pelo esforço a ser feito pela Europa fosse um plano de progresso para a América Latina, a fim de equiparar os níveis de vida daqui aos da Europa, equilibrando as desigualdades e, por consequências, as relações econômicas.

O desenvolvimento dos países de economia incipiente é a contrapartida necessária da reconstrução europeia. Todavia, nesse desenvolvimento distingue-se dois aspectos: o de renovação e ampliação, em que se procura, atingindo os padrões que teriam sido alcançados não fossem as perturbações do conflito mundial, retomar o fio do desenvolvimento; e o de desenvolvimento propriamente dito, em que se buscaria acelerar o ritmo de capitalização, de modo a conseguir uma produtividade que assegure padrões de vida comparáveis aos padrões médios nos países europeus. (SIMONSEN, 1958, p.73)

Mas quais seriam, afinal, as medidas a serem adotadas? A primeira delas seria um investimento direto na ampliação dos parques industriais latino-americanos, que cresceram durante a guerra, a fim de compensar a queda na produção agrícola. A outra proposta era um plano para elevar a capitalização e o nível de vida da população. Simonsen apresenta uma série de cálculos e simulações que o levam a concluir que, sem a adoção de medidas específicas de aceleração destes fatores, levaria algo em torno de 20 anos para que o padrão de vida dos latinos atingisse o nível europeu. (SIMONSEN, 1958, p. 73-86)

Diante de tal quadro, Simonsen conclui que, sem haver uma estabilidade econômica, que incluía melhores condições de vida às classes trabalhadoras, não seria possível conquistar a estabilidade política:

Há uma correlação entre a estabilidade política e as condições de vida. As instituições democráticas só funcionam plenamente onde são elevados os padrões de vida e, inversamente, onde esses são baixos predomina a inquietação política, a instabilidade dos governos e a contínua violação dos direitos fundamentais. [...] Tais agitações, contudo, tinham um caráter local e não chegavam a abalar a ordem social. Hoje, com a crescente consciência que as massas adquirem de sua própria miséria, elas se tornam extremamente perigosas à ordem social interna. (SIMONSEN, 1958, p. 105)

Nestes termos, o Plano Marshall, tal como colocado, significaria a rigor um retrocesso econômico à América Latina e especialmente ao Brasil, na medida em que retornaríamos à condição de dependência das economias estrangeiras e do comércio com as mesmas.

No caso do Plano Marshall, ainda mais justificadamente, não tem cabimento a tese de que as economias latino-americanas se beneficiarão com o aumento das

exportações. Em primeiro lugar, porque grande parte delas será sem contrapartida e em segundo lugar, porque na atual situação inflacionária o aumento das exportações, no tipo previsto pelo Relatório de Paris, representa uma redistribuição de fatores de produção, cujo efeito é uma redução da produtividade e, portanto, do desenvolvimento. Em conclusão, o aumento das exportações da América Latina exige um correspondente plano de desenvolvimento, sem o qual se reduzem de imediato os níveis de consumo interno e mediatamente a própria capacidade de exportação. (SIMONSEN, 1958, p. 106)

Vemos, pois, que as preocupações derivavam da certeza de que não seria possível atingir o estágio de desenvolvimento dos países centrais sem aumentar o padrão de vida dos trabalhadores. Nestes termos, ao perceber que o Plano Marshall buscava recriar as condições da divisão internacional do trabalho existentes antes da II Guerra, procurou posicionar-se de maneira a que também a questão social da América Latina fosse notada.

Mais do que uma questão de ordem ideológica, a preocupação do autor era, de fato, com a possibilidade real das classes trabalhadoras se rebelarem contra as condições a que estavam submetidas, na medida em que, como o próprio Simonsen alertara anteriormente na obra “Sugestões para uma política econômica pan-americana” (1955), a cada dia crescia a consciência sobre sua real situação, o que exigia a adoção de políticas sociais imediatas a fim de diminuir as desigualdades, na medida em que a doutrina marxista encontraria maior eco em um ambiente de desigualdades, de discrepâncias materiais muito fortes, onde a miséria impedisse a realização dos princípios da liberdade e da justiça. Em um meio onde imperasse a justiça social, seria muito mais difícil ao comunismo encontrar argumentos em sua defesa.

A ideia, pois, seria a criação de um Plano Marshall para todo o mundo, como já vimos, com o claro objetivo de promover o desenvolvimento dos países que até então não haviam conseguido se libertar da pobreza. Segundo o próprio autor, os tratados internacionais, não obstante fossem bem compensados em seu formato jurídico, acentuavam as disparidades entre os povos ao não prever compensações que permitam equiparar as nações em seus níveis de vida.

La experiencia de los últimos tiempos revela que tanto en la elaboración como en la ejecución de los acuerdos económicos internacionales entre las naciones altamente desarrolladas y otras de desenvolvimiento incipiente, la igualdad jurídica teóricamente existente entre las partes contratantes, no se traduce, de hecho, en ventajas equivalentes del punto de vista económico y social. (SIMONSEN, 1955, p.1).

Tal disparidade acontecia porque entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas existia uma diferença fundamental, que era a natureza de sua produção. Enquanto as mais desenvolvidas produziam há tempos e em larga escala produtos manufaturados os mais variados, as economias dos países periféricos baseavam-se na produção e exportação de matérias-primas e de produtos cuja produção não primava pela complexidade.

O resultado deste desequilíbrio era que quando das compensações de comércio internacional, para se atingir a equivalência entre os produtos, o esforço a ser feito pelos países subdesenvolvidos era enorme, na medida em que o valor agregado dos manufaturados era muito maior do que o das matérias-primas. Em verdade, a equivalência jamais é alcançada e as relações de comércio são controladas pelos países centrais, que podem decidir o quanto importar, enquanto que aos países exportadores tal direito não é concedido: ou vendem suas matérias-primas aos países centrais ou não têm como financiar suas próprias economias.

Era este o princípio da divisão internacional do trabalho de antes das guerras e que Simonsen pressentiu seria reeditada com o advento do Plano Marshall caso o mesmo restringisse sua atuação na Europa, como de fato ocorreu. O próprio autor explica sua percepção sobre tal contradição ao afirmar que:

Podemos considerar que en el orden internacional hay una diferencia jerárquica entre las naciones, la cual corresponde a la estructura y al papel desempeñado por la economía de cada una de ellas en las relaciones internacionales. Se verifica que esa escala jerárquica va desde los países altamente desenvueltos, intensamente industrializados, productores y exportadores de mercaderías de alto tenor técnico y económico, hasta los países predominantemente agrícolas, de economía incipiente, productores y exportadores de bienes de baja densidad económica. Los primeros, en virtud de esas condiciones, disfrutaban de altos niveles de vida; en contraposición, los segundos presentan índices ínfimos. [...] Por otro lado, los precios de los productos primarios no son, de ordinario, influenciados por los países productores, son dictados por los países manufactureros. (SIMONSEN, 1955, p.3-4).

Não se tratava, segundo o autor, de ajuda humanitária ou filantrópica, mas de uma estratégia de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que elevaria as condições gerais de vida dos povos latino-americanos e outros em igual condição, diminuiria por consequência as desigualdades sociais. Era, pois, como bem chamou o autor, uma política social internacional.

Esa política social – guardemos el nombre por su contenido ético – no ES, sin embargo, una política de carácter meramente filantrópico, es un imperativo para el equilibrio económico del mundo y para el propio bien estar de las naciones mas poderosas. [...] Ao deretcho social que visa instituir las bases de una racional política distribuidora dentro de las fronteras de cada país, deve corresponder, pues, una Política internacional Social que pueda promover, por médio de una distribución mas equitativa de los médios de producción, la eliminación de las barreras que impiden difundir la prosperidad en el mundo. (SIMONSEN, 1955, p.12)

Não podemos deixar de notar a proximidade das ideias desenvolvidas por Simonsen nesta última etapa, especialmente nas obras relativas ao Plano Marshall e da justiça social, com os conceitos que Prebisch (1949) desenvolveu a partir do lançamento do Manifesto da Cepal. A respeito, ver obra de nossa autoria (2010) e Cepeda (2004 e 2007), onde a autora discute como Simonsen antecipou a

teoria do subdesenvolvimento, outra marca do pensamento econômico latino americano partir de 1950.

Estas são os argumentos utilizados por Simonsen para defender suas teorias sobre as condições de vida e a importância vital do projeto industrialista para sua superação. Em movimento dialético, a superação da pobreza somente se daria com o advento da industrialização, desde que essa, de fato, trouxesse consigo um aumento real na produção, elevando ao mesmo tempo os ganhos do capital e do trabalho.

Por fim, a que se considerar, do ponto de vista ideológico, que sua ideia de criação de um direito internacional social tem raízes nas teorias da paz social, que no Brasil foram mais bem defendidas por Alceu Amoroso Lima (1942) e Oliveira Vianna (1951), onde basicamente o Estado seria o fiador das relações sociais, uma espécie de poder moderador das disputas políticas que, com base em ciências como a sociologia e o Direito, regulariam a vida social até que as instituições estivessem maduras para, por sua conta, regularem tais disputas.

Conclusão

Roberto Simonsen foi uma das maiores lideranças burguesas da primeira metade do século XX, bem como um dos grandes intelectuais do período, antecipando em seus escritos, teses, artigos e livros ideias sobre a economia e a política do Brasil e da América Latina que anteciparam grandes pensadores e ideólogos que desenvolveram o campo de ideias denominado nacional-desenvolvimentismo, consolidado anos após a morte do autor, em 1948.

O centro de suas ideias baseava-se na produção, pois seu entendimento era o de que a pobreza não era algo inerente ao Brasil e nem fruto de sua formação, portanto insuperável, mas sim pela baixa produtividade de riquezas de nossa economia. Sua luta foi pela obtenção de modos de aumentá-la. E foi com base nesta certeza que lançou-se na luta pela industrialização e pela melhoria das condições de vida do Brasil e da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto.

CARONE, Edgard (1971, out/dez). Roberto C. Simonsen e sua Obra. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: 11(4): p.23-28.

_____. (1977). **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel.

CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. 2004. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2009). **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf>. Último acesso em 30 de set. de 2009.

COLISTETE, Renato Perim (2006). **A força das idéias: a CEPAL e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950**. in *História Econômica & História de Empresas*, vol. X, p. 123-153.

CORSI, Francisco Luiz; Camargo, José Marangoni (org) (2010). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla (2008). **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. Editora Sociologia e Política: São Paulo.

FREITAS, Moacir Jr (2011). **Roberto Simonsen e Raul Prebisch: intersecções**. SP, 35º Encontro Nacional da ANPOCS, disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1145&Itemid=353, acessado em 02/05/2013.

_____. (2010). A contribuição de Roberto Simonsen para a institucionalização da sociologia aplicada no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 1.

LIMA, Heitor Ferreira (1976). **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega.

LIMA, Alceu Amoroso (1942). **O Problema do Trabalho (Ensaio de Filosofia Econômica)**. Rio de Janeiro: Agir.

MAZA, Fábio (2004). **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J (1951). **Direito do Trabalho e Democracia Social (O Problema da Incorporação do Trabalhador no Estado)**. São Paulo: José Olímpio.

VIEIRA, Rosangela de Lima (2010). **A presença da história no pensamento de Celso Furtado**. In: Corsi; Camargo (org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. SP: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010, p. 41-52.

SIMONSEN, Roberto (1943). **Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial**. São Paulo: FIESP.

_____ (1947). **Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano.** Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria.

_____ (1947). **O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina.** Rio de Janeiro: s/ editora.

_____ (1948). **A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall** (Contribuição para conferência interamericana de Bogotá). São Paulo: Departamento de Economia Industrial.

_____ (1948). **La doctrina Simonsen de um derecho internacional social.** São Paulo: FIESP; CIESP.

_____ (1949). **O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais.** Rio de Janeiro, sem editora.

_____ (1958). **Simonsen e a operação Pan-Americana.** São Paulo: CIESP; FIESP.